

# Diário do Legislativo de 28/03/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB / PPS / PTB / PSC / PHS / PMN)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Ademir Lucas (PSDB), Ana Maria Resende (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

## LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Corrêa

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

## LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Adalclever Lopes

Vice-Líder: Gilberto Abramo

## LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

## LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

## LIDERANÇA DO PDT

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Carlos Pimenta

## LIDERANÇA DO PP

Líder: Dimas Fabiano

Vice-Líder: Pinduca Ferreira

## LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Wander Borges

Vice-Líder: Chico Uejo

## LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes:

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro PFL Presidente  
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente  
Lucas

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Chico PSB  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo PSB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente  
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputado Neider BSD  
Moreira

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Wander PSB  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Guedes PT

Deputado Eros Biondini BSD

Deputado Sebastião BSD  
Costa

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Doutor Rinaldo PSB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado BSD  
Sebastião Costa

Deputado Delvito PFL  
Alves

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Hely PV  
Tarquínio

Deputado PDT  
Sargento  
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente  
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente  
Fabiano

Deputado Antônio BSD  
Genaro

Deputada Maria PFL  
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV  
Reis

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Hely Tarquínio PV

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente  
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente

Pimenta

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente  
Tadeu Leite

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy PFL  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos PFL  
Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró PSB Presidente  
Marra

Deputada Maria PFL Vice-Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander PSB  
Borges

Deputado Ruy Muniz PFL

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputada Elisa PT  
Costa

Deputado Agostinho PV  
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos PFL  
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Wander PSB  
Borges

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV  
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra PSB

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Gustavo PFL  
Valadares

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente  
João

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Antônio PFL  
Arantes Carlos

Deputado Chico PSB  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito Alves PFL

Deputado Deiró Marra PSB

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Lafayette de Andrada BSD Presidente

Deputado Agostinho Filho Patrús PV Vice-Presidente

Deputada Gláucia Brandão BSD

Deputado Gilberto Abramo PMDB

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Veneroso Rômulo PV

Deputado Lucas Ademir BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Fabiano Dimas PP

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BSD Presidente

Deputado Tarquínio Hely PV Vice-Presidente

Deputado Muniz Ruy PFL

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Rinaldo Doutor PSB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV  
Reis

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo PSB

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 8h45min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

Deputado PFL  
Leonardo Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Luiz Tadeu PMDB  
Leite

Deputado Jayro Lessa PFL

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente  
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente  
Costa

Deputado Walter BSD

Tosta

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Antônio PFL  
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia PFL  
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo PFL Presidente  
Valadares

Deputado Juninho PSB Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Djalma BSD  
Diniz

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL  
Corrêa

Deputado Chico Uejo PSB

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente  
Braz

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

#### OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

#### SUMÁRIO

### 1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

#### 2 - ATAS

2.1 - 9ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Partido Comunista Brasileiro - PCdoB - Pelo Transcurso dos Seus 85 Anos de Fundação

#### 2.2 - Reunião de Comissões

#### 3 - ORDENS DO DIA

##### 3.1 - Plenário

##### 3.2 - Comissões

#### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 4.1 - Plenário

##### 4.2 - Comissões

#### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO  
MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

\* Adalclever Lopes

Ademir Lucas Gomes (PSDB)

\* Ademir Lucas

Agostinho Célio Andrade Patrús (PV)

\* Agostinho Patrús Filho

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

\* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Jr.

Almir Paraca Cristovão Cardoso (PT)

\* Almir Paraca

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

\* Ana Maria Resende

André Quintão Silva (PT)

\* André Quintão

Antônio Carlos Arantes (PFL)

\* Antônio Carlos Arantes

Antônio Genaro Oliveira (PSC)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Antônio Rinaldo Valério (PSB)

\* Doutor Rinaldo

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Braulio José Tanus Braz (PTB)

\* Bráulio Braz

Carlos Eduardo Venturelli Mosconi (PSDB)

\* Carlos Mosconi

Carlos Magno de Moura Soares (PCdoB)

\* Carlin Moura

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

\* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PSDB)

\* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Deiró Moreira Marra (PSB)

\* Deiró Marra

Délio de Jesus Malheiros (PV)

\* Délio Malheiros

Delvito Alves da Silva Filho (PFL)

\* Delvito Alves

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

\* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PSDB)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PPS)

\* Djalma Diniz

Domingos Sávio Campos Resende (PSDB)

\* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Edy Araújo Júnior (PSB)

\* Juninho Araújo

Elisa Maria Costa (PT)

\* Elisa Costa

Elmiro Alves do Nascimento (PFL)

\* Elmiro Nascimento

Eros Ferreira Biondini (PHS)

\* Eros Biondini

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSC)

\* Fábio Avelar

Francisco Takeshi de Souza Uejo (PSB)

\* Chico Uejo

Getúlio Afonso Porto Neiva (PMDB)

\* Getúlio Neiva

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

\* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

\* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PFL)

\* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (PFL)

\* Gustavo Corrêa

Hely Tarquínio (PV)

\* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

\* Inácio Franco

Irani Vieira Barbosa (PSDB)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PFL)

\* Jayro Lessa

João Carlos Siqueira (PT)

\* Padre João

João Leite da Silva Neto (PSDB)

\* João Leite

José Alves Viana (PFL)

\* Doutor Viana

José de Freitas Maia (PSDB)

\* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Perrella de Oliveira Costa (PSDB)

\* Zezé Perrella

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Lafayette de Andrada

Leonardo Fernandes Moreira (PTB)

\* Leonardo Moreira

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

\* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Savio de Souza Cruz (PMDB)

\* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

\* Luiz Tadeu Leite

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

\* Cecília Ferramenta

Maria Gláucia Costa Brandão (PPS)

\* Gláucia Brandão

Maria Lúcia Soares de Mendonça (PFL)

\* Maria Lúcia Mendonça

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Neider Moreira de Faria (PPS)

\* Neider Moreira

Paulo Cézar de Freitas (PDT)

\* Paulo Cesar

Paulo José Carlos Guedes (PT)

\* Paulo Guedes

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

\* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PSDB)

\* Rêmolo Aloise

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

\* Roberto Carvalho

Romulo Victor Pinheiro Veneroso (PV)

\* Rômulo Veneroso

Ronaldo Lage Magalhães (PSDB)

\* Ronaldo Magalhães

Rosângela de Oliveira Campos Reis (PV)

\* Rosângela Reis

Ruy Adriano Borges Muniz (PFL)

\* Ruy Muniz

Sebastião Costa da Silva (PPS)

\* Sebastião Costa

Sebastião Helvecio Ramos de Castro (PDT)

\* Sebastião Helvécio

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

\* Tiago Ulisses

Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)

\* Vanderlei Miranda

Vanderlei Ricardo Jangrossi (PP)

\* Vanderlei Jangrossi

Walter da Rocha Tosta (PMN)

\* Walter Tosta

Wander José Goddard Borges (PSB)

\* Wander Borges

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

\* Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

\* Weliton Prado

Em 22/3/2007

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

## ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/3/2007

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Filiações ao PCdoB - Palavras do Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha - Execução do Hino da Internacional Comunista - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Almir Paraca - Carlin Moura - Gil Pereira - Wander Borges.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h12min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes, Presidente do PCdoB de Minas Gerais; os Exmos. Srs. Virgílio Guimarães, Deputado Federal; Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas; Aluísio Marques, Presidente do PT de Belo Horizonte; João Alberto Paixão Lages, Presidente do PMDB Jovem - JPMDB -, representando o Diretório Estadual do PMDB; e Jerônimo Júnior, Diretor da Executiva Nacional da Unegro; e as Exmas. Sras. Mariana Alves, Diretora da União Colegial de Minas Gerais - UCMG -; e Telma Maria de Oliveira, representando as operárias do PCdoB.

### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. e das Exmas. Sras. Pedro Mourão, Presidente da UJS-MG; Luana Bonone, Presidente da

UEE-MG; Flávio Manoel, do movimento comunitário; Celina Alves, da Executiva Nacional da CUT; Patrícia Nogueira, da Executiva Nacional da UNE; Gilse Consensa, da Cebrapaz-MG; Dalva Estela, da Regional Leste da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Newton Souza, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Belo Horizonte; Hercília Levy, Presidente da MPM; Vereador Paulão BH; Lucas Cardoso, de Contagem; Raimundo Pereira, Conselheiro Municipal de Habitação; Marcos da Silva, Presidente do Grêmio da Escola Estadual Central; e Marcelo Diniz, da Executiva da UBES. Registramos o recebimento de telegrama do Deputado Bráulio Braz, informando que, impossibilitado de comparecer a este evento, manifesta seu desejo de que tenha pleno êxito.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Partido Comunista Brasileiro - PCdoB - pelo transcurso dos seus 85 anos de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Carlin Moura

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputado Gil Pereira, representando o nosso querido Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; Deputada Federal Jô Moraes, nossa querida companheira, Presidente do PCdoB de Minas Gerais, que tanto nos honra com a sua presença no Plenário desta Casa, onde soube tão bem representar o povo de Minas Gerais; Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas, razão maior da existência do PCdoB, por representar a gloriosa classe operária brasileira e mineira; nosso amigo Aluísio Marques, Presidente do PT de Belo Horizonte, nosso partido irmão, a quem agradeço a presença; nosso querido amigo João Alberto Paixão Lages, Presidente do PMDB Jovem, representante do Diretório Estadual do PMDB, partido que tem participado da jornada democrática do País e do Estado; querido amigo Jerônimo Júnior, Diretor da Executiva Nacional da Unegro, que nos honra com sua presença; nossa querida Mariana Alves, Diretora da União Colegial de Minas Gerais, representante da aguerrida juventude das Minas Gerais; público presente; queridos amigos e amigas; militantes do PCdoB; meus queridos amigos que nos assistem pela TV Assembléia; povo de Minas Gerais; o PCdoB, Partido Comunista do Brasil, é o mais antigo em atividade no nosso país. No próximo domingo, dia 25 de março, completará 85 anos de existência. Foi fundado em 1922.

No dia 25/3/22, lutadores que se aproximavam do marxismo, vindos de diversos lugares do País, após se reunirem em Niterói, registraram a sua organização sob a denominação de Partido Comunista do Brasil no Livro 3 do Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro. Eles mudaram o mundo e o Brasil. Os pioneiros de 1922 eram apenas nove dirigentes proletários: Astrojildo Pereira, jornalista; Cristiano Cordeiro, advogado; Joaquim Barbosa, alfaiate; Manuel Cendón, alfaiate; João da Costa Pimenta, gráfico; Luís Peres, vassoureiro; Hemogêneo Fernandes da Silva, eletricitista; Abílio de Nequete, barbeiro; e José Elias da Silva, pedreiro.

Essa longevidade é por si mesma uma façanha notável. Isso porque, na tradição institucional brasileira - diferentemente de alguns dos nossos vizinhos, como Argentina e Uruguai, que dispõem de agremiações seculares -, a regra tem sido a existência de partidos efêmeros, conjunturais, programaticamente frágeis desde o Império, passando pela República Velha e pelos períodos que se sucederam à Revolução de 1930 e à redemocratização de 1946 até os dias atuais. O PCdoB tem sido a exceção, conforme assinala o grande jurista mineiro Afonso Arinos de Mello Franco, em seu glorioso trabalho "História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil", e outros estudiosos.

Durante essa longa jornada, os comunistas marcaram presença nos principais acontecimentos da história brasileira, sempre defendendo a democracia, a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mas a singularidade do PCdoB é o fato de ele ser o partido do socialismo em nosso país. Ao completar 85 anos, é uma força nacional em crescimento e expansão. Expressão organizada da vanguarda do proletariado brasileiro, o PCdoB dirigiu importantes lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, dos estudantes e da juventude. Teve participação ativa no combate à desigualdade e opressão de gênero e raça.

É uma larga tradição cujas primeiras manifestações se deram nos anos iniciais da formação do Partido, na década de 20. Houve um momento de grande expressão na década de 50, na campanha "O petróleo é nosso". Tradição essa continuada durante os anos 90, na luta contra o neoliberalismo, as privatizações de empresas estatais e a política de subordinação do País às imposições do imperialismo.

Outro aspecto fundamental, também presente na tradição comunista, é a defesa da mais ampla democracia e dos direitos públicos e civis. A maior parte da história destes 85 anos ocorreu sob regimes ditatoriais ou de democracia restritiva, durante a qual o partido foi impedido de organizar-se legalmente, de propagar as suas idéias e de concorrer a eleições. O Partido lutou contra essa situação, tornando-se campeão da liberdade e da democracia. Enfrentou as ditaduras do Estado Novo, de 1937 a 1945, e o regime militar, de 1964 a 1985, e pagou com a vida de militantes heróicos pela ousadia de lutar pela liberdade. Os comunistas também participam ativamente da luta pela paz e contra a agressão imperialista de George W. Bush aos povos. Não é uma situação nova para os comunistas, cuja ação sempre se caracterizou pelo repúdio a agressões dessa natureza.

O PCdoB foi força destacada, nas décadas de 30 e 40, contra o nazismo e o fascismo, mobilizando os brasileiros a participar no esforço armado para derrotar Hitler e Mussolini. Na década de 50, promoveu no Brasil a luta pela paz, reverberando a ação progressista e avançada internacional. Foi voz ativa contra a agressão imperialista à Coreia, naqueles anos. Na década de 70, mesmo sob as duras condições da clandestinidade, imposta pela ditadura militar, combateu a agressão norte-americana ao Vietnã. Mais recentemente, no começo dos anos 90, denunciou, clara e objetivamente, a agressão ao Iraque e ao povo palestino.

Complexo e penoso tem sido, entretanto, o processo de afirmação do PCdoB, freqüentemente marcado por tremendos desafios teóricos e ideológicos, como a partir de fevereiro de 1962, quando adota a sigla PCdoB para distingui-lo política e ideologicamente de outra corrente que passara a se constituir em nova agremiação, intitulada Partido Comunista Brasileiro - em vez de "do Brasil", como fora batizado em 1922 -, em função de acirrada batalha de idéias sobre os rumos das transformações sociais no Brasil e no mundo, tendo como pano de fundo o confronto entre as concepções teóricas e programáticas de caráter revolucionário e as socialdemocratas. E é nas últimas décadas, conforme demonstra o historiador José Carlos Ruy, que se consolida o seu amadurecimento, cuja expressão maior está no sentido avançado e, ao mesmo tempo, factível do projeto de sociedade que defende para o nosso país.

No passado recente, o PCdoB teve papel destacado na reeleição do Presidente Lula em outubro de 2006, a qual consideramos uma vitória do povo e das forças democráticas do País.

Projetando-se além das fronteiras nacionais, esta vitória é um forte estímulo ao movimento vitorioso, democrático e de esquerda em curso na América Latina, continente no qual forças progressistas têm alcançado êxitos históricos ao conquistar governos centrais em importantes países. Portanto, a segunda vitória do Lula e a ascensão da tendência democrática e anti-imperialista no continente criam uma correlação de forças

mais favorável ao crescimento da tendência democrática no Brasil e ajudam a reunir melhores condições para que vingue a alternativa consistente de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Apesar desses êxitos recentes, a contratendência à aplicação do novo projeto democrático em nosso país é sustentada por forças conservadoras poderosas, que ainda detêm importante força política, exercem imenso poder econômico e centralizam os grandes meios de comunicação, exercendo eficaz pressão ideológica nos condutos da sociedade e sobre o governo, persistindo em impor seus interesses fundamentais acima dos anseios democráticos e populares.

Diante dessa realidade contraditória, a experiência acumulada pelo PCdoB nestes últimos anos indica que a aplicação exitosa, pelo governo Lula, de um projeto nacional de desenvolvimento, democrático e soberano demanda, primeiro, a participação de forças progressistas, com ativa presença do Partido Comunista do Brasil, para construir, com base na luta de idéias, um pensamento avançado que seja o fundamento de convicção para a formatação do novo projeto. Segundo, que conte com sustentação política ampla, capaz de garantir seu êxito. Terceiro, que seja impulsionado por um movimento social amplo e autônomo, integrado à luta política.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, recém-apresentado pelo governo Lula, é uma expressão do programa de governo 2007-2010. Com isso, o governo assume um compromisso maior com o desenvolvimento. Teve repercussão favorável em praticamente todos os setores políticos e sociais. Depois do II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974 a 1976, é o primeiro plano com metas econômicas concretas, voltado para grandes projetos de infra-estrutura, energia e logística, com eixo de investimento social destacado, considerando sobretudo os grandes centros urbanos. O Estado assume o papel de indutor e protagonista do desenvolvimento, principalmente por meio da intervenção das empresas e bancos estatais, com um centro gestor do governo para a condução do plano. Medidas são adotadas para favorecer o incremento do capital privado, no reforço do plano conjunto para a intensificação do desenvolvimento.

Entretanto, na visão do nosso Partido, o PAC estará limitado nos seus objetivos enquanto prevalecer a orientação macroeconômica dominante. Esta combinação dos juros reais mais altos do mundo, do câmbio extremamente valorizado e da alta carga tributária não se coaduna com as pretensões do PAC. Ou seja, uma nova orientação condizente com o esforço desenvolvimentista é ainda contida pelo poder do sistema hegemônico do capital financeiro. O propalado Banco Central independente é um instrumento fundamental desse sistema, com a finalidade de institucionalizar. É engraçado que, no Brasil, tenha sido imposta uma institucionalização na prática, ainda não formalizada: os interesses do grande capital financeiro garantindo sua própria vontade, acima do programa do governo eleito pela ampla maioria do povo, que consagrou ao Lula mais de 58 milhões de votos.

Por isso, os setores dominantes financeiros querem impor um consenso de que o Banco Central não pode ser politizado, encobrando a verdade de que a função desse importante banco é independente do governo e, como querem, dependente deles, do mercado, sob a hegemonia dos grandes círculos do centro financeiro mundial. Daí a discrepância entre os propósitos programáticos do governo Lula, lançando o PAC em um dia e, no outro, a famigerada decisão do Banco Central em contrário, seguida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom: a redução mínima da taxa de juros.

Por isso, a salientada ditadura do capital financeiro é um obstáculo central à superação dos ditames neoliberais. Em contrapartida, é crescente a luta política e de idéias contra essa imposição predominante, e o PCdoB se encontra nessa trincheira.

O PCdoB está diante de uma realidade, conformada pelos últimos acontecimentos, que permite maior afirmação de seu papel e avanço mais audaz de sua política em defesa do Brasil e de seu desenvolvimento, da democracia, do progresso social e da integração continental. No plano internacional: derrotas da política de guerra do imperialismo norte-americano, crescente resistência à hegemonia dos EUA, que enfrentam dificuldades crescentes e se isolam, gerando uma situação mais favorável para a luta de emancipação nacional e social de países e de povos. Como disse o nosso grande Presidente Hugo Chávez, a caveirinha do Sr. George Bush navega sob o céu da América Latina. Aconteceram novas vitórias importantes das forças de esquerda e democráticas, conquistando governos nacionais na América Latina. No plano nacional: a vitória da reeleição de Lula, momento de defensiva na aplicação dos preceitos neoliberalizantes e desarticulação da Oposição. Na condição atual do PCdoB: vitória nas últimas eleições, demonstrando grande possibilidade de crescimento na eleição majoritária ao Senado; derrota política e jurídica da imposição da cláusula de barreira, então grave impedimento ao crescimento do PCdoB; ascensão do partido ao nível da participação no centro de grandes acontecimentos políticos do País, como na recente luta pela Presidência da Câmara dos Deputados pelo nosso querido Deputado Aldo Rebelo - o partido, progressivamente, vem adotando nova atitude mais afirmativa e vem procurado assumir a sua tática com ousadia. Desde 2004, nas eleições municipais, o partido iniciou um curso de transição na orientação para a disputa eleitoral, passando a disputar cargos majoritários com viabilidade.

Na elaboração do programa do segundo governo Lula, o PCdoB procurou oferecer e fortalecer posições que demarcassem o receituário neoliberal, contribuindo para a definição de uma feição desenvolvimentista mais nítida, democrática e soberana, que esse programa, enfim, pôde alcançar. No âmbito do processo parlamentar, o PCdoB adotou sempre uma linha de defesa do governo. Todavia, em votações em que estavam em jogo o direito dos trabalhadores, o partido chegou a assumir posição própria, contrastante com a do governo. E agora, afirmativamente, não se sujeitou à imposição dominante, aparentemente consagrada da vigência da cláusula de barreira. Saiu em defesa da sua existência, alcançando significativa vitória no Plenário do STF.

Uma nova atitude mais afirmativa do partido e ousada na orientação tática impõe o trabalho de reforçar e ampliar os laços com o movimento social e de encontrar os meios de vinculação com as camadas pobres do povo. Durante os seus 85 anos, estivemos por mais de 60 anos na clandestinidade, por imposição das classes dominantes e antidemocráticas. Em pleno limiar do séc. XXI, levantam-se novamente as hostes do autoritarismo. O acordo entre os atuais quatro maiores partidos do Congresso Nacional para reeditar a antidemocrática e anticonstitucional cláusula de barreira visa manter o "status quo" partidário, ameaçado pela decisão histórica do STF no final do ano passado. Tal iniciativa acendeu a luz amarela na luta por uma reforma política democrática, que respeite a realidade pluripartidária do nosso país.

A luta por uma reforma política democrática requer um imenso esforço em defesa dos princípios democráticos dos direitos das minorias, do mesmo direito de chance entre os partidos, do respeito à realidade pluripartidária. Nessas circunstâncias, é preciso procurar ampliar o apoio político para derrotar essa nova investida autoritária.

O PCdoB tem marcas distintivas, honradas e de luta. Representa uma autêntica alternativa à esquerda em nosso país. Uma esquerda coerente, com uma política consonante com os desafios atuais de nosso país, que cultiva o espírito militante e unitário em suas fileiras.

Companheiros e companheiras, camaradas e colegas Deputados, comemoramos os 85 anos de fundação de nosso partido, integralmente dedicados aos interesses do povo, do Brasil e de Minas Gerais, da soberania nacional e do socialismo. Nessa data se realizará também a 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher, mobilizando a energia criadora das mulheres por um Brasil livre, independente, de progresso e justiça social. Isso é mais que simbólico. Representa a expressão profunda do que é um partido de homens e mulheres comprometidos com as causas libertárias de justiça e emancipação sociais. Esse espírito militante é tão indispensável quanto sempre foi para sustentar a luta pelo socialismo renovado que propugnamos para o Brasil, vale dizer, para constituir a força decisiva dessa perspectiva, que é o PCdoB. Com ousadia e determinação, hoje e sempre.

Viva a luta do povo brasileiro! Viva os 85 anos do Partido Comunista do Brasil!

Peço licença ao Presidente para fazer uma homenagem especial. Telma, operária e funcionária do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, recentemente em apoio à luta dos operários e operárias da empresa Jabil do Brasil, foi presa, com outros quatro sindicalistas. Na prisão, demonstrou a garra e a determinação das mulheres trabalhadoras deste país.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional do PCdoB.

- Procede-se à exibição de vídeo.

#### Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o Deputado Gil Pereira, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente do PCdoB de Minas Gerais, e o Sr. José Vieira Victor, Vice-Presidente do PCdoB de Minas Gerais, farão a entrega de placa alusiva a esta comemoração ao Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas. A placa contém os seguintes dizeres: "No dia 25 de março, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB - comemora 85 anos de existência. Sua história foi marcada, desde a fundação, pela audácia dos que acreditam em um País justo e igualitário, destacando-se pela luta em defesa dos ideais democráticos e a fidelidade aos interesses do povo brasileiro". Para tanto, solicitamos a eles a gentileza de se posicionarem no local indicado pelo cerimonial. Convidamos também o autor do requerimento, Deputado Carlin Moura, para participar da entrega.

- Procede-se à entrega de placas.

#### Filiações ao PCdoB

A Deputada Federal Jô Moraes - Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para fazer uma homenagem muito especial aos mais de 600 militantes que se filiaram ao nosso partido, chamando para assinar simbolicamente a sua ficha, com a concordância do nosso Secretário Zito Vieira, o Jorge, nosso Vereador de Juatuba; o Flávio de Almeida, nosso Vereador de Nova Lima - e aqui nos lembramos do nosso querido e saudoso Diogo Pulhão -, e o nosso jovem Wesley, também representando essa juventude. Dirijam-se à Mesa para proceder à filiação.

- Procede-se a filiações ao PCdoB.

#### Palavras do Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha

Boa-noite a todos. Deputado Gil Pereira, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Deputada Federal Jô Moraes, companheira combativa, recém-saída desta Casa, que está levando ao Congresso Nacional a voz firme das mulheres comunistas do partido das trabalhadoras deste país; Deputado Federal Virgílio Guimarães, que tem dado contribuição para espaços mais democráticos no nosso país; companheiro Aluísio Marques, Presidente do PT de Belo Horizonte; João Alberto Paixão, Presidente do PMDB Jovem, representando o Diretório Estadual do PMDB; Jerônimo Júnior, Diretor da Executiva Nacional da Unegro, que tem dado grande contribuição na luta contra a discriminação racial e ao povo negro; Mariana, companheira da UCMG; Telma, companheira de batalha do dia-a-dia do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim; Deputado Carlin Moura, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade em comemoração aos 85 anos do PCdoB.

É um momento extremamente importante para nós, trabalhadores. Como militante desde 1987 do PCdoB, sinto-me bastante emocionado por participar desta homenagem desta Casa.

Quero destacar a participação decisiva dos comunistas nas jornadas de luta do povo brasileiro nestes 85 anos. Registro a contribuição dos comunistas a partir da organização dos trabalhadores, antes da fundação do partido, em 1922, que, aliás, contou com a participação de imigrantes na construção que marcou a luta contra o regime capitalista, o imperialismo e a burguesia.

Atualmente, somos chamados a intervir, mais uma vez, nos destinos do País, com os nossos aliados, na luta por alternativas, luta que setores da burguesia nacional tentam, a todo custo, derrotar. Em 2006, novamente os sedentes do atraso do Brasil foram derrotados ao reelegermos Lula. A vitória das forças progressistas, com o apoio decisivo do nosso partido, impõe-nos novos desafios. A chegada de Lula à Presidência impulsionou outras vitórias importantes na América Latina, que precisamos levar adiante.

Nesse sentido, a democracia precisa avançar. Não podemos confundir legendas de aluguel e partidos como o PCdoB - como dito no debate sobre a cláusula de barreira -, que tem história e um histórico de serviços prestados ao País e à luta do povo por uma pátria livre daqueles que nos oprimem. Precisamos também avançar na luta pela valorização do trabalho, motor da sociedade em que vivemos.

Também não podemos perder de vista que os trabalhadores estão ameaçados. O veto à Emenda nº 3 da lei que criou a chamada Super-Receita na sexta-feira passada tem provocado a ira da burguesia, representada no Congresso Nacional pelos partidos conservadores, destacadamente o PSDB e o PFL.

Confiamos em Lula, mas não podemos abandonar a missão que nos é confiada de influenciar as decisões tomadas no plano nacional. A escravidão não pode voltar justificada pela lógica de uma falsa modernidade nas relações de trabalho para mascarar o confisco dos nossos direitos, como o FGTS, as férias e o 13º salário, da mesma maneira que devemos nos posicionar contrários ao que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - contém de medidas antipovo e antitrabalhador.

Nesses 85 anos do PCdoB, também não podemos deixar de registrar que a democracia ainda passa longe das fábricas em que trabalhamos. Como exemplo, podemos citar o mais recente embate travado pelos metalúrgicos e pelas metalúrgicas de Betim, na Jabil, multinacional norte-americana, fabricante de componentes eletrônicos, onde há menos de uma semana fomos alvo de tiros, prisões e perseguições por lutar contra os assédios moral e sexual, as jornadas de trabalho de até 10 horas diárias e as horas extras impostas pelos patrões. Ainda nesses 85 anos, os comunistas souberam resistir a muitas ameaças. Estamos certos de que, com a audácia necessária nesse momento, saberemos enfrentar esses e outros desafios rumo à construção de uma sociedade justa e fraterna.

Quero louvar a audácia demonstrada por outros lutadores como João Amazonas, Elza Monerat, Rogério Lustosa, Jorge Amado e tantos outros joões, marias e josés que fizeram e ainda fazem a história desse partido. Estou certo de que a única força efetivamente revolucionária da

sociedade em que vivemos é a classe operária, que nada tem a perder, ao contrário, tem um mundo a ganhar. O socialismo é o regime dos que trabalham, ao contrário do capitalismo, o regime dos parasitas que exploram e oprimem o povo. Avante, comunistas, rumo a uma nova sociedade! Parabéns ao Partido Comunista do Brasil!

#### Execução do Hino da Internacional Comunista

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino da Internacional Comunista, a ser interpretado por Juliana de Almeida do Carmo.

- Procede-se à execução do Hino da Internacional Comunista.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Presidente do PCdoB de Minas Gerais, nossa ex-colega e amiga, hoje Deputada Federal, Jô Moraes; Exmo. Sr. Deputado Federal Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, nosso amigo Deputado, que muito honra o nosso Estado; Sr. Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas; Sr. Aluísio Marques, Presidente do PT de Belo Horizonte; Sr. João Alberto Paixão Lages, Presidente do PMDB Jovem, representando o Diretório Estadual do PMDB; Sr. Jerônimo Júnior, Diretor da Executiva Nacional da Unegro; Sra. Mariana Alves, Diretora da União Colegial de Minas Gerais - UCMG; Sra. Telma Maria de Oliveira, representando as operárias do PCdoB; Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, nosso colega, bravo Deputado e amigo, o ano de 1922 configurou um marco decisivo na fixação da identidade do País. Em São Paulo, a Semana de Arte Moderna veio sacudir a mentalidade provinciana e acomodada, pregando novos horizontes culturais e trazendo para a arte brasileira características ao mesmo tempo nacionais e cosmopolitas. No Rio de Janeiro, com a revolta dos Dezoito do Forte, o tenentismo irrompia na cena política, injetando sangue novo na vontade de construir a Nação e dando origem à Coluna Prestes, que percorreria o interior do Brasil durante dois anos, para difundir um novo ideal de brasilidade. Naquele ano, em que se comemorava o centenário da Independência, procurava-se reinventar o Brasil. Ao mesmo tempo, no campo social, o movimento operário tentava organizar-se, e as primeiras greves, reprimidas duramente, eclodiam de um modo anárquico.

Um importante acontecimento se somou, então, ao fluxo das grandes transformações em curso. Em Niterói, no dia 25 de março do mesmo ano, 73 militantes fundavam o PCdoB. Fruto do iluminismo e seguindo as concepções marxistas, buscava a nova organização uma profunda mudança nos rumos econômicos e sociais da humanidade. A classe operária se torna, a partir daí, agente da nossa história. Acumulando perseguições políticas, exílio e clandestinidade dos seus principais quadros, os comunistas seguiram, durante décadas, a liderança de Luís Carlos Prestes.

No ano de 1962, uma cisão originaria o atual PCdoB, que logo se destacaria no combate à ditadura militar. Integravam o grupo de fundadores João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois e Diógenes de Arruda Câmara. Tinham eles em mente um novo regime, anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Identificou-se o PCdoB, após 1964, com a luta armada, recebendo a adesão de importantes setores do movimento estudantil, que fariam da agremiação um partido predominantemente de operários e estudantes.

A região do Rio Araguaia, ao sul do Pará, passou a concentrar a ação guerrilheira entre os anos de 1972 e 1974, operação que a censura militar, aos meios de comunicação, impedia de ser conhecida pelo resto dos brasileiros. Uma repressão cruel sobre toda a população da região resultou na morte de mais de 50 militantes do partido, entre eles o fundador Maurício Grambois e seu filho André.

Em 1975, mais um fundador, desta vez Pedro Pomar, foi assassinado quando órgãos da repressão invadiram, em São Paulo, uma reunião clandestina do comitê central. A redemocratização permitiu, em 1985, o registro legal do PCdoB. Na Assembléia Constituinte, elegeu seis Deputados, incluindo Haroldo Lima e Aldo Arantes. Desde 1989, mantém aliança com o PT para as eleições presidenciais, admitindo a pluralidade de vias para a implementação do socialismo.

Minas Gerais e principalmente esta casa tiveram, então, a grande honra de contar com uma das mais importantes e queridas parlamentares estaduais. Jô Moraes, depois de uma brilhante passagem pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, foi a primeira representante da legenda do PCdoB entre nós, deixando saudades e uma amizade compartilhada com todos os setores da casa.

Esses 85 anos representam um trajeto único entre nossos partidos políticos, trajeto que reflete as grandes mudanças do século no País e no mundo. É também um trajeto com momentos dolorosos, com a triste marca da tortura, da prisão e da execução de tantos de seus militantes tombados durante a luta pela disseminação do socialismo. Esta luta tem hoje novas feições e se dá, democraticamente, sobretudo no embate parlamentar. Propondo um projeto soberano de desenvolvimento, com justiça social e a integração da América do Sul, o Partido vem crescendo e ocupando um lugar destacado na cena política.

Na lembrança dessa longa caminhada, realizada sempre em nome dos mais pobres, saudamos seu atual Presidente, Renato Rabelo, nossa cara Deputada Federal Jô Moraes e todas as lideranças, em especial a de Minas Gerais, composta de homens e mulheres que se comprometem com a liberdade, a justiça e a emancipação social dos brasileiros. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença, e cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 27, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 27/3/2007.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/3/2007

Às 8h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões de segurança pública no Estado de Minas Gerais. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração Prisional, Cel. PM Alexandre Sales Cordeiro, Assessor Institucional da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Edson Moreira da Silva, Delegado-Geral de Polícia e Chefe do Departamento Estadual de Operações Policiais - Deoesp -; Paulo Roberto de Souza, titular da Casa do Policial Civil, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Maurício Couto França, representante de Relações Institucionais da Oi, representando o Sr. José Luiz Gattas Hallak, Diretor de Coordenação Institucional da Oi; Carlos Eduardo José Pinto de Azevedo, Gerente de Planejamento de Rede da Oi; João D'Amato Neto, Diretor de Regulamentação da Telemig Celular Participações, e a Sra. Eliane Álvares, da área de assuntos corporativos da TIM, representando o Sr. Luiz Gonzaga Leal, Diretor Territorial da

Tim em Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Délio Malheiros e Leonardo Moreira, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a venda de bebidas alcoólicas no Estádio Governador Magalhães Pinto; Leonardo Moreira (3), em que solicita seja formulado apelo ao Subsecretário de Administração Prisional com vistas às informações que menciona sobre as instituições a ele subordinadas; Sargento Rodrigues (3), em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público pedido de cópia da denúncia formalizada contra o Sr. José Eustáquio Natal, Diretor-Geral da Administração de Estádios de Minas Gerais - Ademg -, que aponta irregularidades no contrato de aluguel do Mineirão; e sejam formuladas manifestações de aplauso aos policiais militares que especifica por sua participação, respectivamente, nas ocorrências dos dias 8/2/2007 e 5/3/2007; e Leonardo Moreira, Délio Malheiros, Paulo Cesar e Sargento Rodrigues, em que solicitam sejam encaminhadas às empresas operadoras de telefonia celular sugestão de que seja firmado com o Estado, representado pelas Polícias Civil e Militar e pela Subsecretaria de Administração Prisional, convênio de cooperação técnica, bem como a cópia das notas taquigráficas desta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2007.

Sargento Rodrigues, Presidente - Leonardo Moreira - Paulo Cesar.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia Da 21ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 28/3/2007

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 579/2007, da Mesa da Assembléia, que estabelece a filiação ao regime geral de previdência social - RGPS -, a partir de janeiro de 1999, mediante o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - de contribuições patronais e dos segurados, de servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo da Assembléia Legislativa.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão

de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 144, 145 e 146/2007, da Deputada Ana Maria Resende; e 221/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 95/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 31/2007, do Deputado Elmiro Nascimento; 106 e 107/2007, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 10, 15, 16, 19 e 82/2007, do Deputado Doutor Viana; 20/2007, do Deputado Irani Barbosa; 99/2007, do Deputado Carlin Moura; 155/2007, do Deputado Bráulio Braz; 200/2007, do Deputado Delvito Alves; 218/2007, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 154/2007, do Deputado Carlos Mosconi; 158/2007, do Deputado Dimas Fabiano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 34/2007, da Deputada Elisa Costa; 36/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 360/2007, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h15min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 25/2007, do Deputado Ivair Nogueira; e 69/2007, do Deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 21/2007, do Deputado André Quintão; 50 e 51/2007, do Deputado Djalma Diniz; 108/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 116/2007, do Deputado Doutor Viana; 141/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 149 e 150/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 160 e 181/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 197/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 209/2007, do Deputado Djalma Diniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 157/2007, do Deputado Jayro Lessa; 212/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16h30min do dia 28/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 32/2007, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 17/2007, do Deputado Doutor Viana; 42 a 47/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 49/2007, do Deputado Carlin Moura; 64/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 73 a 81/2007, do Deputado Doutor Viana; 92 a 98/2007, do Deputado Arlen Santiago; 102 a 104/2007, do Deputado Chico Uejo; 105 e 106/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 123 a 125/2007, do Deputado Paulo Cesar; 136 a 138/2007, do Deputado Arlen Santiago; 147 e 148/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 156/2007, do Deputado Jayro Lessa; 196/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 199/2007, do Deputado Deiró Marra; e 215/2007, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 28/3/2007, destinadas, a primeira, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002; 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003; 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004; e 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005; e dos Projetos de Lei nºs 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica; 43/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão de Minas o imóvel que especifica; e 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida do Projeto de Resolução nº 579/2007, da Mesa da Assembléia, que estabelece a filiação ao regime geral de previdência social, a partir de janeiro de 1999, mediante o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social de contribuições patronais e dos segurados, de servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo da Assembléia Legislativa; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Adalcleber Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 28/3/2007, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se realizar audiência pública para conhecer e debater as dificuldades de implantação da Lei nº 11.340, de 7/8/2006, Lei Maria da Penha, com a presença de convidados; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Saúde, que apresentará as propostas dessa Pasta para os próximos quatro anos; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dimas Fabiano, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, para a reunião a ser realizada em 28/3/2007, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, se discutirem a atualização da base de dados do Inep e as providências no âmbito do Estado, para que os estabelecimentos de educação infantil possam responder ao Censo Escolar de Educação Básica, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de março de 2007.

André Quintão, Presidente.

## tramitação de proposições

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 579/2007

Estabelece a filiação ao regime geral de previdência social – RGPS –, a partir de janeiro de 1999, mediante o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – de contribuições patronais e dos segurados, de servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo da Assembléia Legislativa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Nos termos da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e do art. 62, XXXVI, da Constituição do Estado, ficam filiados ao regime geral de previdência social – RGPS –, a partir de janeiro de 1999, mediante o recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – de contribuições patronais e dos segurados, os servidores ocupantes, exclusivamente, dos cargos em comissão e de recrutamento amplo da Assembléia Legislativa relacionados a seguir:

I – cargos em comissão da estrutura de gabinete parlamentar;

II – cargos em comissão de:

a) Assistente Parlamentar;

b) Assistente Legislativo;

c) Assistente Legislativo I;

d) Chefe de Gabinete;

e) Assistente Administrativo;

f) Oficial de Gabinete do Presidente.

Art. 2º – Fica ratificado o recolhimento das contribuições previdenciárias ao INSS, com base na Decisão da Mesa da Assembléia Legislativa de 8 de março de 2001, relativo ao período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001, bem como o prosseguimento do recolhimento dessas contribuições a partir de março de 2001.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2007.

Mesa da Assembléia

Justificação: O Despacho CGMBEN nº 03/2007, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, de 11/1/2007, estabeleceu a necessidade da promulgação, por parte da Assembléia Legislativa, de resolução que filiasse os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo ao regime geral de previdência social, inclusive com a ratificação dos recolhimentos anteriores à Emenda Constitucional nº 20, de 1998, referidos na Decisão da Mesa da Assembléia de 8/3/2001.

O art. 40, § 13, da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a mencionada emenda, estabelece que "ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social".

Por sua vez, o art. 62, XXXVI, da Constituição do Estado define que a Assembléia Legislativa tem como competência privativa "dispor sobre o sistema de previdência e assistência social de seus membros e dos servidores de sua Secretaria".

Foi, então, de acordo com os citados dispositivos e reconhecendo esta Casa a interpretação de que a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, impõe a filiação ao RGPS dos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo, que a Decisão da Mesa de 8/3/2001 decidiu determinar o recolhimento ao INSS das contribuições patronais e dos segurados, relativo ao período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2001 bem como o prosseguimento do recolhimento dessas contribuições a partir de março de 2001.

Há que ressaltar também que, conforme a referida decisão da Mesa, a Assembléia procedeu ao recolhimento ao INSS dos valores relativos às contribuições previdenciárias dos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão e de recrutamento amplo, referentes ao período posterior à edição da citada emenda, inclusive em relação às parcelas descontadas de tais servidores.

Este instrumento normativo vem ratificar, portanto, a mencionada decisão da Mesa, que passa a ter eficácia de lei ordinária, conforme o disposto nos arts. 194 e 199 do Regimento Interno desta Casa.

- Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembléia para parecer, nos termos do art. 194, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/3/2007

O Deputado Vanderlei Jangrossi\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queridos amigos telespectadores, caro leitor do diário oficial, ao ocupar esta tribuna, primeiramente quero agradecer a Deus, e a confiança dos 46.655 eleitores mineiros que contribuíram para a minha vitória como Deputado Estadual.

Quero também falar sobre o evento que a Comissão de Política de Agropecuária e Agroindustrial realizará no dia 26, segunda-feira próxima, nesta Casa, em que se pretende debater o tema "A perda de renda do produtor rural na atual fase de crescimento do agronegócio mineiro e brasileiro", proposta apresentada pelo nobre colega, o ilustre Deputado Antônio Carlos Arantes, e aprovada pelos demais membros da Comissão.

Sinto-me feliz em fazer parte dessa Comissão, pois sempre foi minha intenção, como homem público, tratar das questões do agronegócio dentro do crescimento da economia brasileira.

Para a realização desse debate, contamos com a contribuição da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Federação da Agricultura e Pecuária - Faemg -; da Organização do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Ocemg -; da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; e da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais - Federaminas -, a fim de mobilizarmos os produtores rurais mineiros para a realização de mudanças das políticas macroeconômicas. Na oportunidade, queremos ainda a participação de Prefeitos, sindicatos rurais, cooperativas e associações de produtores rurais.

Vamos tratar da crise do agronegócio e de outros segmentos da economia que estão causando perda na competitividade dos produtos dentro do Estado de Minas Gerais, como, por exemplo, o café, diante da alta dos juros e do custo de produção, assim como outros produtos agrícolas.

Segundo dados estatísticos da Faemg, os produtores de café dependem de boas condições climáticas e de renda suficiente para manter a safra de 2008-2009 nos patamares exigidos pelo mercado consumidor internacional. De acordo com o Conselho Nacional do Café, a oferta do grão está equilibrada com o consumo, mas o País tem condições de manter a regularidade no volume produzido e no embarque do produto para o exterior.

Em se tratando de agronegócio, Minas Gerais é um Estado tradicional na atividade agropecuária. É o maior produtor de leite tipo C e de café do País e detém o 3º maior rebanho bovino. Minas Gerais se destaca também na produção nacional de alho, milho, soja, batata, ovos, tomate, frutas e hortaliças. É o principal Estado reflorestador do País, tem uma área de 2.000.000ha e uma produção de 9.000.000m<sup>3</sup> de carvão de florestas plantadas. Sem contar que a produção agrícola gira em torno de 10.400.000t de grãos na safra de 2005, e o número estimado de produtores rurais é de 500 mil.

Dando alguns exemplos da "performance" da agropecuária mineira em 2005: café beneficiado ocupa o 1º lugar no "ranking" e 46,7% da produção nacional; batata inglesa, o 1º lugar e 32,1% na produção nacional; floresta plantada, o 1º lugar e 24% da produção nacional; milho, o 2º lugar e 17,9% da produção nacional; rebanho bovino, o 3º lugar e 11,6% da produção nacional. Esses são os dados de 2005.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil cita dados da Fundação Getúlio Vargas, segundo os quais, nos últimos 10 anos, as cotações do café subiram apenas 69% - esse é um dado para o qual temos de estar atentos - enquanto os insumos aumentaram 150% e os salários, 130%. De acordo com o Sindicato Rural de Santa Rita do Sapucaí, a crise é generalizada, afetando os Municípios que têm economia baseada na cafeicultura e em produtos de exportação, como exemplo, a alta escala de aglomeração no sudoeste mineiro, composta por 52 Municípios, região citada pelo colega Antônio Carlos Arantes em um de seus pronunciamentos.

Esse e tantos outros motivos levaram a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial à realização desse debate público, mobilizando os Municípios para que o agronegócio cresça sem penalizar o produtor no atual sistema econômico, com juros altos e baixa do dólar. Vale lembrar que, junto à queda de renda do produtor rural, ainda há a defasagem da infra-estrutura, tanto no armazenamento quanto no escoamento da produção.

Aqui está a nossa reflexão: os grandes grupos sobrevivem muitas vezes pelos financiamentos ou pelas atividades industriais, e o produtor rural passa por todas as dificuldades para manter o equilíbrio e ainda sustentar a sua produção. O produtor rural tem o direito de recuperar sua renda, e, mesmo com o excesso de chuva, que traz consequências às diversas lavouras, a expectativa é de que tenha ganhos ampliados em 2007. Conforme a Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - Faemg -, a renda bruta do produtor deve basear-se no desempenho da cana-de-açúcar, do café e dos grãos em geral, além do leite.

Gostaria, nesta oportunidade, de informar que a Comissão traçou uma agenda de audiências regionalizadas no interior e em Belo Horizonte. Entre as prioridades, pretendemos organizar planos e programas dos órgãos do sistema estadual da agricultura para 2007, proibir o desmatamento e a elaboração de lei específica para a mata seca, abates de rebanho bovino, política fundiária, agricultura familiar, impacto da monocultura do eucalipto e agronegócio - avaliação de tendências e perspectivas.

Como vemos, essas ações exigirão muito esforço. Porém estamos dispostos a percorrer quantas milhas forem necessárias para o desenvolvimento do agronegócio mineiro e, para tanto, estamos dando o primeiro passo. Minas Gerais sempre teve, tanto no Império quanto na República, decisiva e fundamental importância nos momentos de prosperidade e conflito. Entendemos que, neste momento atual, devemos praticar a democracia, ou seja, a igualdade de participação e a competitividade no mercado de trabalho.

A indústria será uma força atuante para o crescimento da economia de Minas Gerais e possui todas as condições para crescer, pois, além de sua base industrial, ainda é exportadora de produtos agrícolas. Para isso, precisamos atentar para as reformas política e tributária, precisamos planejar, conhecer a fundo o nosso potencial na agricultura, na pecuária e na indústria, e ter a certeza de que Minas pode competir no mercado interno e externo de frutas, flores e oleaginosas, para a produção de combustível, entre outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como vemos, haverá muita luta por parte de todos. Porém isso não é impossível. No entanto, será necessário fazer políticas públicas competentes e transparentes no segmento agroindustrial. É o que estamos tentando nesse primeiro debate, para o qual convido todos os Deputados desta Casa, de modo a abrilhantarem o evento e, junto ao Governador Aécio Neves, contribuírem com o seu quinhão, colocando a nossa Minas Gerais em um patamar elevado no contexto internacional.

Aproveito a oportunidade para falar, assim como exposto no "Diário do Comércio", da preocupação dos parlamentares em relação ao ICMS do álcool. Em São Paulo, o ICMS é apenas de 12%. Vamos lutar e sensibilizar o nosso governo a reduzir a alíquota desse imposto de 25% para 12%, igualando-a à de São Paulo.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)\* - Gostaria de cumprimentá-lo pela grandeza do trato, pela cortesia e forma firme como V. Exa. está dirigindo a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa, e ressaltar que, no dia 26, o que será discutido na verdade é o empobrecimento do produtor rural, a sua incapacidade de sustentar sua própria família em face do cipal de tributos que recai sobre a cadeia

produtiva alimentar.

Há exemplos muito dramáticos. Nós, que lidamos com esse setor há tanto tempo e convivemos nos Municípios, fomos Prefeito, Vereador e Deputado Federal, sentimos que essa é uma realidade muito flagrante e chocante.

Fazendeiros que tinham belas mansões e carros importados bonitos, grandes, com tração nas quatro rodas, hoje estão andando em um veículo velho, alugaram sua casa e estão morando na fazenda. Quer dizer, não estão mais suportando o impacto do grande cipoal de tributos sobre a cadeia produtiva.

Em Minas Gerais, o nosso Governador deu um exemplo muito bom ao reduzir o tributo sobre alguns produtos da cesta básica e até acabar com ele. No entanto, não se fala sobre as contribuições e os impostos que recaem sobre os insumos. Não há país que possa continuar como o Brasil: eternamente reclamando das barreiras alfandegárias da União Européia e dos EUA. Em vez de reclamar, tínhamos de fazer a mesma coisa e pelo menos reduzir os tributos para possibilitar o barateamento dos produtos alimentícios, mesmo aqueles que são processados. Muitas pessoas não sabem que, em todos os Estados brasileiros, a carga tributária arrecadada pelo Estado não representa sequer 10% do total da arrecadação. Isso é irrisório e insignificante em razão do novo conceito de segurança alimentar a que todos devemos estar atentos.

No próximo dia 26, V. Exa. promoverá um grande evento que lotará esta Casa, pois haverá um grande debate. Cumprimentamo-lo por isso e desejamos êxito não somente para V. Exa., mas também para todos nós que fazemos parte desta Comissão tão importante para a vida nacional. Um abraço!

O Deputado Vanderlei Jangrossi\* - Nobres Deputados Getúlio Neiva, Chico Uejo, Antônio Carlos Arantes e Padre João, esse debate é de nossa autoria. Assim sendo, todos nós podemos participar, assim como todos os que estão aí contribuindo com a sua parte. Tenho a certeza de que esse debate será um grande sucesso.

O Deputado Chico Uejo (em aparte)\* - Deputado Vanderlei Jangrossi, antes de tudo, gostaria de agradecer-lhe o aparte e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Com V. Exa., o Deputado Getúlio Neiva e os demais companheiros da Comissão de Agricultura, gostaria de chamar a atenção desta Casa para o importante debate público que se realizará em 26/3/2007. Ouvindo sobretudo os setores ligados ao agronegócio em Minas Gerais e à agricultura familiar, tenho a certeza de que esse debate trará subsídios importantes para conduzirmos os trabalhos legislativos, tanto da Comissão quanto da Assembléia Legislativa, no que tange à agroindústria, ao agronegócio e à agricultura familiar no Estado. Mais uma vez, parabéns pela condução dos trabalhos.

O Deputado Vanderlei Jangrossi\* - Deputado Chico Uejo, obrigado. Nobre Presidente, para concluir, acredito que esse debate será o "start" para o trabalho que realizaremos durante quatro anos nesta Casa. Espero trazer subsídios, para desenvolvermos uma política de igualdade em nosso Estado. Muito obrigado.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputados, público presente e telespectadores da TV Assembléia, ao fazer uso desta tribuna, sempre tenho tido o cuidado de evitar falar da nossa Presidência da República.

Semanas atrás, tive oportunidade de manifestar-me em relação a alguns palpites que tem dado o nosso Presidente Lula, aliás, palpites infelizes. Novamente temos acompanhado as decisões desastrosas deste governo federal.

Neste momento o que sentimos é uma verdadeira inversão do que se espera de um governante, que deveria governar para a maioria da população brasileira. Refiro-me, especialmente, a duas decisões que o governo tomou ultimamente.

A primeira diz respeito à taxa referencial de juros. Esse governo tratou de quase sepultar algo histórico no País, que tem uma confiança quase total dos brasileiros. Estamos falando da caderneta de poupança. O governo federal do Presidente Lula conseguiu fazer com que os brasileiros que colocam o seu pouco dinheiro nessa aplicação perdessem.

A segunda refere-se à situação do FGTS, já atacado quando do aviso, quase em ações pirotécnicas, do PAC. Não chamaram os trabalhadores que deixaram esse dinheiro lá, não chamaram ninguém para conversar, mas querem colocar a mão no dinheiro do trabalhador. Teremos, agora, um rendimento do FGTS inferior à inflação.

Este governo inverteu a ordem das coisas. Precisamos neste país, urgentemente, inverter essas prioridades do governo federal. Não é prioridade do povo brasileiro perder na caderneta de poupança e no FGTS.

Por fim, S. Exa., o Presidente, chama os nossos usineiros de heróis. Sr. Presidente Lula, herói é o cortador de cana, que sai do Jequitinhonha para ganhar R\$2,40 por tonelada de cana, além de custear o transporte, a pensão e a comida. Esses cortadores de cana vêm do Jequitinhonha, do Nordeste brasileiro. Herói é o cortador de cana! Não é o usineiro, não!

Temos de inverter as prioridades neste país. Para S. Exa., o Presidente da República, heróis são os usineiros, os banqueiros, enquanto os trabalhadores estão perdendo na caderneta de poupança e no FGTS. Os mineiros deixam, no Jequitinhonha, no Norte de Minas, as famílias para cortar cana na região de Ribeirão Preto.

Em 2004 e 2005, tivemos 13 mortes, Deputado Carlos Mosconi, no corte de cana. Sabem como morreram? De câimbra. O mais velho a falecer tinha 56 anos de idade. Os dados estão atualizados. São da Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, que estuda a questão da cana, das condições de trabalho, especialmente da região de Ribeirão Preto.

O cortador de cana brasileiro é que é o herói, Sr. Presidente da República, e não os usineiros. Herói é o brasileiro que sobrevive colocando seu pouco dinheiro na caderneta de poupança, em que o governo federal colocou a mão, assim como no FGTS. Como se não bastasse, chama o usineiro de herói. Faltou apenas chamar de heróis os banqueiros, pois, nos juros que eles ganham, não se mexe, nem se fala deles. Se alguém falar, é considerado atrasado, pois mexeria com o equilíbrio econômico do País. Isso é lamentável!

Precisamos no Brasil de um governo que inverta essas prioridades. Não podemos ter o mercado como prioridade maior, como o governo federal vem fazendo, esquecendo-se da maioria da nossa população, que é pobre.

As famílias brasileiras estão se desintegrando, são aquelas famílias que o trabalhador tem de deixar no Jequitinhonha para trabalhar em outros lugares. A família, que é o principal capital social de uma sociedade, está sendo destruída, e sob os olhares do governo federal.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Muito grato, Deputado João Leite. Meu caro Deputado, o pronunciamento de V. Exa. é extremamente oportuno, pois estamos presenciando no Brasil a questão do álcool e do biodiesel. Estamos assistindo a toda essa movimentação, que dá a impressão ao Brasil e ao mundo de que essa será uma grande solução para o nosso país. Até acho que poderá ser, talvez favoreça o crescimento da nossa economia, talvez abra novas fronteiras agrícolas. O Brasil possui muita experiência com a cana-de-açúcar.

V. Exa. se reportou à região de Ribeirão Preto, em São Paulo, e sabemos que a cana-de-açúcar daquele Estado é considerada a melhor do mundo e a mais barata. Isso é bom de se verificar. E o preço que paga quem lida com essa atividade? Fico estarecido, meu caro Deputado João Leite, ao observar toda essa movimentação em torno da cana-de-açúcar, que é uma lavoura secular em nosso país. Avançamos muito em relação a essa questão, mas não avançamos um milímetro sequer no bem-estar do trabalhador da cana-de-açúcar. V. Exa. é a primeira pessoa que ouço falar desse trabalhador.

O Presidente Bush veio aqui para dizer que isso é uma maravilha. O mundo inteiro está dizendo que agora o Brasil explodirá, que está encontrando seu futuro, mas a que custo? Essa é a verdade. Nunca houve uma iniciativa em nosso país para se fixar o plantador de cana na sua região, ou no próprio local da plantação. Nada se oferece a esse herói brasileiro que faz um trabalho escravo. Nada se faz, nada se projeta e nada se pensa para melhorar sua condição de vida. É lamentável que isso esteja ocorrendo no Brasil num momento em que somos considerados a 10ª economia do mundo e podemos ser um celeiro gigantesco para que o mundo inteiro se abasteça do nosso álcool, mas isso não pode acontecer às custas da vida e do sofrimento do nosso povo. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Mosconi. V. Exa. traz uma grande contribuição, com seu conhecimento, à nossa exposição. Recordo-me de quando o Brasil tratava do Pró-Álcool, há muitos anos. Agora o nome é outro. É um nome químico, etanol, mas trata-se do mesmo Pró-Álcool já existente no País há tanto tempo e que experimentou um avanço tecnológico importante.

Gostaria de deixar a minha manifestação da tribuna da Assembléia Legislativa. Creio que esta Casa, e o Deputado Mosconi dá a senha para todos nós, tem de estar atenta a essa questão. O trabalhador foi esquecido, abandonado. Ouvimos as palavras do Presidente da Comissão que trata desse assunto, e ele foi apartado. Creio que devemos prestar atenção já que queremos muitas usinas em nosso Estado. É fundamental, em vez do que está fazendo o Presidente da República, a preocupação com a situação do trabalhador. O Deputado Mosconi coloca uma questão fundamental.

Vejo o Deputado Ademir Lucas indo em direção ao microfone de aparte e queria dizer que é algo que ele conhece muito bem. O que foi feito para fixar essas famílias? Estamos perdendo esse capital social fundamental ao Brasil. Estamos presenciando as famílias se perderem.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado João Leite, Deputados e Deputadas, realmente essa é uma situação para analisarmos com muita profundidade. Aliás, a economia brasileira tem sofrido muito com isso. O País está sendo invadido por produtos da China. É dito que lá não há salário mínimo, não há previdência social, não há direitos trabalhistas, que o trabalho chega a ser escravo. As mercadorias chegam de lá para competir com os sapatos de Nova Serrana, região do Deputado Paulo Cesar; com a indústria têxtil, que a cada dia padece mais e paga um preço muito alto por isso. Qual é a consequência? Lá existe um trabalho escravo, o trabalhador é explorado, e o nosso trabalhador acaba sendo muito prejudicado. Os produtos chineses chegam tão baratos, que os nossos passam a não ser competitivos. O primeiro efeito disso é o desemprego.

Existe uma empresa muito conhecida em Minas Gerais, não vou citar o nome. Possuía instalações em Contagem e depois foi transferida para Belo Horizonte, na região de Olhos d'Água. Era parte da indústria chamada linha branca de geladeiras, fogões e outros produtos de natureza doméstica. Segundo informações, a indústria está com uma fábrica na China, traz o produto e apenas coloca a etiqueta da indústria brasileira. Estamos pagando um preço muito alto por isso, o preço social: lá o do trabalho escravo e aqui o do desemprego. Por outro lado, temos a questão da economia, dos tributos que estão sendo perdidos.

Outro dia tive a notícia - e vou apurá-la com maior profundidade - de que uma das indústrias têxteis de nosso Vice-Presidente da República está se instalando na China. Se o Vice-Presidente fez isso, estamos no fim do mundo, porque nem ele estaria acreditando no País, por isso estaria investindo seu dinheiro na China. Estaria utilizando a mão-de-obra escrava da China e trazendo tudo pronto para cá para competir com a indústria têxtil daqui. Não posso acreditar que isso seja verdade. Mas a outra história, a da indústria dos fogões, é verdadeira.

Realmente essa situação nos preocupa muito, assim como a questão da cana. Está havendo uma migração de outras cidades e outros Estados para o corte da cana, o que está desestruturando famílias, que ficam sofrendo com a agrura do corte. Creio que essa seja uma questão extremamente grave, envolvendo as questões previdenciária, sindical e salarial desses trabalhadores.

Gostaria de dizer que V. Exa. aborda com muita propriedade esse assunto, que vai além da cana, atingindo a indústria têxtil e a de calçados, incluindo uma exploração fora do País. A intervenção de V. Exa. é muito pertinente.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Ademir Lucas. Concluirei rapidamente, Sr. Presidente, dizendo que a Assembléia Legislativa tem de ter uma posição muito firme. Temos de conhecer a migração que se dará com o aumento do Pró-Álcool, ou do etanol, como os americanos preferem dizer.

Quero fazer um convite. Enfim, a Frente Parlamentar em Defesa do Metrô de Belo Horizonte conseguiu, no Senado, receber do Plano de Aceleração do Crescimento 4km de linha. No dia 29/3/2007, teremos uma audiência na Comissão de Infra-Estrutura do Senado, quando levaremos a luta, na qual está inscrito o Deputado Ademir Lucas, para que o metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte possa ser concluído. O mirabolante Prefeito de Belo Horizonte está propondo, ao contrário do metrô, uma esteira rolante na Avenida Afonso Pena. Diz ele que, em viagem à Ásia, viu isso em Hong Kong. Belo Horizonte não tem transporte coletivo, não conseguimos andar pelas ruas, e o Prefeito quer colocar uma esteira rolante! Lamentavelmente a única obra de Belo Horizonte é a Linha Verde do governo do Estado.

Eu teria outros assuntos, mas quero dar oportunidade a outros Deputados de se manifestarem nesta tarde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\*- Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, estudantes que estão nas galerias acompanhando a reunião do Plenário, demais pessoas presentes nas galerias, telespectadores, ao celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Deputado João Leite traz a esta tribuna um assunto muito importante: a política de implementação de programas de energia renovável, limpa. Esse deve ser o grande reconhecimento do Presidente Lula.

É verdade que as pessoas às vezes se empolgam e cometem deslizes, perdendo a oportunidade de ficarem caladas. Não há outra saída para o mundo se não tivermos de fato um programa para substituir, de canto a canto, o combustível fóssil - o petróleo -, cuja matriz é finita e altamente poluente. As grandes Capitais estão lançando mão de alternativas paliativas, como fazer rodízio de carros, mas a raiz da solução

para o problema da poluição é a substituição da matriz energética. É preciso aumentar a produção do álcool combustível, possibilitando, assim, que os usuários utilizem, em vez do petróleo, de origem fóssil, o álcool vegetal.

Por que, Deputado Ademir Lucas? Chamo a atenção para a extensão do nosso Brasil e do nosso Estado: quanto ainda se poderia produzir de cana! No ano passado, Minas Gerais não chegou a 1 bilhão de litros de álcool, considerando-se que o Brasil produziu cerca de 13.500.000.000 de litros.

Retomo a palavra do Deputado João Leite relativamente aos métodos utilizados para a produção do álcool combustível. Vejo claramente a importância de substituirmos a matriz energética, mas vejo igualmente que não resolveremos o problema social nem o ambiental - e nem mesmo o econômico - com as grandes usinas.

A solução dos problemas não vem pelos grandes. No primeiro ano de mandato, entramos com um projeto de lei de microdestilarias, ou seja, uma política estadual para a produção de álcool combustível e outros derivados da cana-de-açúcar. Hoje é a lei das microdestilarias, mas estamos aguardando a sua regulamentação. Aí, sim, será a agricultura familiar que estará produzindo o álcool combustível.

Sou natural do Município de Urucânia, da zona rural. Minha mãe fazia o almoço, levava para meu pai, que se encontrava no canavial, e íamos juntos para a colheita. Se nasci no mês de fevereiro, no mês de junho, início da safra da cana, já nos encontrávamos no canavial, isso com meses de idade. Sei como é o método utilizado na produção e na colheita da cana em Minas Gerais e digo que é altamente degradador. Como são muitos os morros, quando se ara - este é um dos métodos da produção -, a terra é cortada de maneira inadequada, e a primeira chuva que ocorre leva a matéria orgânica toda, provocando o assoreamento dos córregos e ribeirões. Expulsos os meeiros e os arrendatários, a capina da cana não é feita com a enxada, e, sim, com herbicida, um produto que é aplicado pelas pessoas por meio de bomba. Mata tudo, pássaros, tatus e demais animais. Aliás, mata até criança, como há casos em Urucânia - de certa forma, foi um caso de descuido do pai, pois este deixou o macacão que tinha utilizado ao jogar o produto no quarto, e a criança amanheceu morta, intoxicada. Outro método de produção agressivo é a utilização do fogo, que acaba com toda a matéria orgânica e com a umidade que se encontra no caule e na palha seca da cana. Tudo é queimado, vira cinza. Muitos produtores ainda queimam a ponta seca que permanece no solo depois da retirada da cana. Essa ponta é matéria orgânica e garantiria a fertilidade da terra e a umidade do solo.

São propostas que apresentamos para o Estado de Minas Gerais e para o País. Entreguei, nas mãos do Presidente Lula, o projeto da microdestilaria, apresentando também o número de empregos que gerará, além de produzir o álcool combustível sem degradar. O método da agricultura familiar corta a cana crua, Sr. Presidente, Deputados Ademir Lucas e Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa. Como a palha permanece no terreno, é possível recuperá-lo. Utilizando o método do fogo, um canavial suporta sete cortes. Com o método da cana crua, seriam de 12 a 14 anos sem plantar ou replantar a cana, pois ele mantém a fertilidade e a umidade do solo. Aí, sim, pode-se dizer que teríamos uma energia limpa, porque é totalmente limpa desde o preparo do solo, o cultivo e a colheita.

Quando o Deputado João Leite diz que o pessoal tem que sair do Jequitinhonha, do Mucuri, do Norte de Minas e ir para São Paulo, isso se deve à ausência de uma política pública em Minas Gerais.

E se as terras devolutas fossem disponibilizadas? Há grande concentração delas no Estado. Alguns afirmam que chegam a 12.000.000ha; que sejam 8.000.000ha. Quantos agricultores poderiam cultivar a cana em áreas que produzem cana? Eles têm as cachaças da melhor qualidade. Se produzem cachaça da melhor qualidade, muito melhor será o álcool combustível. Não há dúvida de que as terras devolutas devem ser disponibilizadas para a agricultura familiar. Dessa forma, invés de as pessoas irem para São Paulo, dizimando as famílias, o que traz grande transtorno e problemas sociais, poderiam permanecer no Estado. Muitas vezes, nem vão para o Triângulo; vão para São Paulo, porque lá, como já destacou o Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, o imposto sobre o álcool é 12%, enquanto aqui é 25%, mais que o dobro.

Onde está o compromisso com o meio ambiente, com uma energia limpa e renovável? Não teríamos os transtornos com os carros nos grandes centros. Também é preciso avançar no que se refere ao biodiesel. É vergonhoso. Alguns ônibus que trafegam por aí mais parecem uma maria-fumaça. Falta fiscalização.

Ainda bem que muitos participantes do 6º Fórum das Águas não se deixaram intimidar, apesar de alguns apoios incoerentes, que fazem com que o evento perca o sentido. A Copasa, por exemplo, é grande poluidora. Cobra do usuário, às vezes, 100%. Se ele consumir "x" de água, cobrará o dobro alegando a existência de tratamento de esgoto, que não é de 100% no Município.

A Vale do Rio Doce é o maior escândalo deste país, pois foi repassada por 4 bilhões e hoje já vale mais de 15 bilhões. Vejam, na Samarco, em Mariana, o mineroduto, que é quase da minha altura, e o quanto de água é despejado no porto. E temos certeza de que não é só minério de ferro. A V&M e outras empresas que apóiam o evento também fazem com que ele perca o sentido.

Deputado Ademir Lucas, estamos confiantes na participação da Comissão de Política Agropecuária e dos Deputados da base de governo para fazer frente junto ao Governador do Estado e Secretários, a fim de reduzir o ICMS sobre o álcool, de 25% para 12%. Daremos grande contribuição não só para Minas Gerais, mas também para todo o planeta.

O Deputado Ademir Lucas - V. Exa. acerta no atacado e peca no varejo. O Governador Aécio Neves não pode ser culpado pela migração dos trabalhadores do Jequitinhonha para São Paulo, até porque não são apenas pessoas para conseguirem renda familiar. Criatividade há, caminho há. Mas V. Exa. exagera ao dizer que o Governador Aécio Neves é culpado pela migração de trabalhadores do Jequitinhonha para cortar cana em qualquer outro lugar. Aliás, o trabalho da Copasa que V. Exa. critica, o qual votamos na semana passada, foi extraordinário, pois melhora a vida dos moradores do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. E, com vida melhor e trabalho, ele poderá ficar lá, sem migrar, o que causa enorme transtorno. Já fui Prefeito de cidade grande, e essa migração causa enorme transtorno. É muito melhor resolver o problema das cidades onde há essa necessidade, para que o trabalhador permaneça lá e não venha para as grandes cidades, marginalizar-se nas periferias.

Não se pode dizer que o Governador Aécio Neves seja culpado pela migração do trabalhador mineiro, seja para cortar cana no Triângulo, em São Paulo, Urucana, Ponte Nova, Visconde do Rio Branco, Viçosa ou Lagoa da Prata, onde há corte de cana, pois isso é histórico.

Apóio V. Exa. no atacado, mas há exagero no varejo. Em 1985, há 22 anos, fui Secretário de Estado do Governador Hélio Garcia, e esse problema já existia.

O Governador Tancredo Neves e o Secretário Ronan Tito criaram um programa de frente de trabalho, ao qual dei prosseguimento na Secretaria de Trabalho com o Governador Hélio Garcia. Tínhamos um programa para os cortadores de cana mineiros, pois trabalhavam no corte da cana por um período de seis meses, mas ficavam desempregados nos outros seis meses. Criamos o programa de frentes de trabalho para pequenos trabalhos comunitários nas Prefeituras, calçando ruas e ajudando em outros serviços para conseguirem renda familiar. Criatividade há, caminho há. Mas V. Exa. exagera ao dizer que o Governador Aécio Neves é culpado pela migração de trabalhadores do Jequitinhonha para cortar cana em qualquer outro lugar. Aliás, o trabalho da Copasa que V. Exa. critica, o qual votamos na semana passada, foi extraordinário, pois melhora a vida dos moradores do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. E, com vida melhor e trabalho, ele poderá ficar lá, sem migrar, o que causa enorme transtorno. Já fui Prefeito de cidade grande, e essa migração causa enorme transtorno. É muito melhor resolver o problema das cidades onde há essa necessidade, para que o trabalhador permaneça lá e não venha para as grandes cidades, marginalizar-se nas periferias.

Portanto, concordo com V. Exa. no atacado, entretanto peço no varejo.

O Deputado Padre João\* - O meu pronunciamento foi no sentido de que há terras devolutas no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri que poderiam ser utilizadas para o cultivo da cana.

Em relação ao projeto que aprovamos, e não foi destacado, grande parte das águas do São Francisco serão retiradas para alimentar o projeto Jaíba, não para agricultura familiar, mas para o agronegócio.

Encerro dizendo que o Presidente Lula está no rumo certo, ao implementar o projeto do biodiesel e ao iniciar este novo mandato, ampliando a utilização do álcool combustível ou do etanol. Espero darmos o grande passo de dirigir a produção para a agricultura familiar. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, continuarei a discussão do Projeto de Resolução nº 1.151/2003. Tratarei dos pareceres referentes às contas do Governador Itamar Franco, no exercício de 2002.

Retomarei o que eu estava falando acerca do projeto. Na terça-feira, partilhava a questão com os colegas Deputados. Na oportunidade, fiz um apelo à Mesa no que tange ao projeto de resolução, bem como à situação de outros projetos que vieram desacompanhados de parecer especializado do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Ou seja, o projeto veio e tramitou nesta Casa desprovido de um documento essencial, cuja obrigatoriedade está prevista na Constituição Federal.

Eu fazia uma comparação entre projetos que exigem certas documentações e um projeto de utilidade pública, que exige uma série de documentos. Nesse caso, se faltar um documento, ele será exigido. Então, se há um parecer contrário ao projeto de lei, é porque falta determinado documento.

Nesse caso, o projeto iniciou sua tramitação. Ao chegar a esta Casa, o projeto de resolução foi incluído na pauta, mas carecia do parecer especializado do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Essa questão é tão importante e ao mesmo tempo tão grave, Sr. Presidente, que, para demonstrá-la, irei utilizar as palavras do próprio Procurador de Justiça de Minas Gerais, que resolveu retirar os membros do Ministério Público que atuavam junto ao Tribunal de Contas, já que eles não eram especializados. Em alguns momentos, os próprios Procuradores do Estado estavam fazendo esse papel. Assim, tanto membros do Ministério Público quanto Procuradores do Estado avaliavam, elaboravam pareceres sobre as contas de alguém que lhes é superior. Como um Procurador do Estado, a pedido do próprio Governador, poderá analisar as contas deste? Essas pessoas não gozam da liberdade. O próprio Procurador retira os membros do Ministério Público que atuavam junto ao Tribunal de Contas para evitar um ato de improbidade. O Presidente do Tribunal de Contas à época, Conselheiro Simão Pedro Toledo, enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei complementar para regularizar a situação. Em sua justificativa, alegava que "no caso do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a situação é bem mais grave. Isso porque, com a decisão irrecorrível da citada Adin, deixaram de ser legítimas quaisquer atividades exercidas pelo Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Contas, sob pena de nulidade". Estamos apreciando uma matéria que está de certa forma eivada de ilegitimidade. Ela pode conter nulidade.

"Por outro lado", continua o Presidente do Tribunal de Contas à época, Conselheiro Simão Pedro Toledo, quando envia a esta Casa um projeto de lei complementar, em sua justificativa, reconhecendo uma ação direta de inconstitucionalidade, em nível federal, em relação ao não-acolhimento na Constituição mineira das exigências do Ministério Público especializado, "considerando disposições legais e constitucionais, é essencial a participação do "parquet" na grande maioria dos processos que tramitam nesta Corte. Caso contrário, dar-se-ia a mesma nulidade. Em razão disso, encontra-se com a tramitação suspensa, e a grande maioria dos processos autuada e com vista ao Ministério Público".

A situação é grave. Foi nesse sentido que demos entrada ao mandado de segurança, juntamente com o Deputado Laudelino Augusto, para não apreciarmos a matéria, com risco de, depois, tornar-se tudo nulo.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria de discordar de V. Exa. pelos seus próprios argumentos. V. Exa. diz que, a partir da Adin, não poderia participar quem não fosse membro do Ministério Público, sob pena de nulidade.

Nosso direito pátrio diz que a lei não retroage para prejudicar. A partir da Adin, as decisões poderiam ser questionadas, mas não, as decisões anteriormente tomadas.

Finalmente, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais realizou concurso público especialmente para que fossem nomeados os Procuradores mais bem colocados, a fim de ocuparem os cargos de representantes do Ministério Público junto a essa Corte. Isso ocorreu.

Aliás, já estão sendo nomeados os aprovados. O texto do edital para a seleção desses Procuradores foi considerado inconstitucional. Havia exigência de idade mínima, o que foi derrubado, pois alegaram que era inconstitucional. Uma vez que um dos três primeiros colocados não alcançava a idade mínima estabelecida no edital, recorreu à Justiça e ganhou o pleito. Dessa forma, o Tribunal de Contas está em via de nomear os três Procuradores, até para perceberem a "simbólica", a "módica" quantia de R\$22.000,00 por mês.

O Deputado Padre João\* - Enquanto isso, os Defensores Públicos estão mendigando condições dignas de trabalho para ganhar o quê?

Deputado Ademir Lucas, creio que há um equívoco de sua parte em relação ao tempo da Adin, que ocorreu em 2003. Portanto, isso se dá em relação às contas, sobretudo às do ano de 2003. Isso faz sentido e foi reconhecido pelo próprio Procurador à época e pelo então Presidente do Tribunal de Contas. Há uma responsabilidade do próprio Presidente da Casa. É preciso analisar esse projeto de resolução e ver se estão completos todos os documentos necessários, sobretudo o parecer do Ministério Público especializado.

Tenho a relação dos que assinaram. São Procuradores do governo do Estado, inclusive ligados ao Secretário. Há ligações familiares, e, como já disse, temos a relação dos nomes. Seria irresponsável se não pudesse provar o que estou dizendo, ou seja, que há vínculos familiares com Secretários do atual governo.

Quanto às ações, é preciso que sejamos mais cautelosos, mais prudentes, até mesmo em relação à seqüência da tramitação desse projeto de resolução. Reconhecemos a gravidade, que também é reconhecida pelo Procurador e pelo então Presidente, no que diz respeito às demais contas e ao projeto de resolução de 2000. Infelizmente, não temos como discutir o de 2003, pois parece que está vencendo o tempo de discussão.

Às vezes, o regimento desta Casa deixa-nos sem condições de debater questões sérias com o povo mineiro. Portanto, existe uma incompatibilidade, e as próprias contas foram aprovadas com ressalvas. Infelizmente, são os Conselheiros que dão o veredicto e batem o

martelo, às vezes ignorando o trabalho dos técnicos e dos Auditores do Tribunal de Contas. Primeiro fazem o trabalho e depois ignoram o posicionamento do Ministério Público especializado, que, algumas vezes, apresenta ressalvas.

Tudo isso é uma decisão técnica, um trabalho técnico, mas, logo depois, vêm os Conselheiros com a sua decisão política. Como fica a autonomia, com o devido respeito que tenho pelos nossos colegas contemporâneos que lá estão, como os ex-Deputados Wanderley Ávila e Antônio Carlos Andrada, se eles ou foram indicados por esta Casa ou pelo Governador? Como poderão julgar as contas, com isenção?

Na verdade, enquanto não se mudar toda a composição, a estrutura do Tribunal de Contas, ele permanecerá como um instrumento de fachada. Aí sim, o dinheiro público continuará indo pelos ralos. É um absurdo o que vem acontecendo. É dinheiro público de tantas pessoas que está em jogo, sem falar nos altos salários pagos aos Conselheiros, por um trabalho que não é levado a sério.

Muitas vezes, eles mudam de posição, de opinião, devido ao tempo. Antes de conceder aparte a V. Exa, gostaria de ler a posição do Conselheiro Sylo Costa em relação aos pareceres dos técnicos, dos Auditores e do Ministério Público, pareceres estes contrários e com ressalvas às contas de 2003. O Conselheiro Sylo Costa, na qualidade de revisor da matéria, dizia o seguinte: "Quanto a essa questão da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, no ano que vem, teremos de empregar 12% das receitas correntes líquidas. E eu, como sou relator, não vou aceitar que sejam incluídas, nesse item, despesas com saneamento básico. Saneamento básico não dá injeção, não dá remédio, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Posto de saúde não é tratamento de saúde. Fiz apenas a minha recomendação", disse o Conselheiro Sylo Costa. E continua: "Se não modificarem, no ano que vem, quando eu for o relator, votarei contra, advertindo o governo pelo não cumprimento. Entendo que saneamento básico não tem nada a ver com a aplicação no item saúde. Se o menino nascer homem e for batizado com o nome de Maria, ele não vai mudar de sexo, vai continuar homem, com o nome de Maria. Não adianta". Essas são as palavras do Conselheiro Sylo Costa, inclusive fazendo essa comparação.

Por tudo isso, é preciso que haja mais respeito para com os técnicos, e isso também vale para nós, enquanto Deputados. Esta Casa possui Consultores que fazem parte de seu corpo técnico e o trabalho deles é justamente auxiliar-nos, com bases legais, nas nossas tarefas. O Deputado é o detentor da palavra final sobre uma determinada matéria; é o relator, a autoridade, e, muitas vezes, os técnicos da Casa, das Comissões, têm um posicionamento contrário ao do Deputado, mas de acordo com o que diz a Constituição. No entanto, é comum os Deputados ignorarem isso no seu parecer, desrespeitando o trabalho dos técnicos. No que diz respeito ao Tribunal de Contas, esse fato é ainda mais grave, porque cabe a ele analisar as contas de homens e mulheres públicos que empregaram bem ou mal o dinheiro público.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Padre João, primeiramente não posso concordar com a questão levantada por V. Exa., de que o indicado para o Tribunal de Contas do Estado, por ser originário da Assembléia Legislativa ou por ser indicado por sugestão do Executivo, perderia a sua independência em julgar, ficando umbilicalmente ligado a quem o indicou. Não concordo com essa assertiva de V. Exa., porque, ao vestir a beca do Tribunal de Contas, os Conselheiros deixam do lado de fora a sua vida anterior, pregressa, qualquer que tenha sido ela. O mesmo ocorre com o Judiciário, porque isso não se aplica necessariamente a um ex-parlamentar. Dessa forma, os Conselheiros passam a incorporar a figura do julgador.

Então, não posso compreender que ele leve para dentro do Tribunal um compromisso de fora. Prefiro respeitar os que lá estão e entender que eles fazem julgamento de acordo com o que dispõe a matéria.

Lembro a V. Exa. que os Ministros da mais alta Corte deste país, o STF, são indicados pelo Presidente da República. Não sei se estou certo, mas parece que mais da metade foi indicada pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não acredito que eles tenham perdido a autoridade de julgar qualquer ato do Presidente, dos Ministros ou de quem quer que seja só porque há vício de origem na indicação. De fato, não acho que haja esse vício. É a Constituição, o mandamento maior, a Lei Maior que está aí a perseverar. A regra vale para o Supremo e para o Tribunal de Contas do Estado.

No que se refere à observação de se incorporar saneamento básico na prestação de contas, também sou obrigado a discordar de V. Exa. Fui Prefeito de uma cidade...

O Deputado Padre João\* - Discordar do Conselheiro Sylo Costa.

O Deputado Ademir Lucas - Sim, mas, como V. Exa. faz essa observação, está apadrinhando-a e comungando com o nobre ex-Conselheiro.

Quero dizer que se trata de juízo de valor. É a chamada hermenêutica, ciência da interpretação. Há muitas leis que se sujeitam à interpretação do julgador. Quero lembrar-lhe de fato relacionado a um julgamento popular. Quando era Prefeito de uma cidade e fui lançar uma obra de saneamento básico, um cidadão simples de bairro de periferia, mas com enorme sabedoria popular, disse-me que aquela era a melhor obra que poderia ser feita porque previnha doenças. As suas palavras nunca saíram da minha memória, Deputado Padre João: "Prefeito, vou ao posto médico, tenho médico e remédio, mas de que vale ter médico, receita e remédio, se moro à beira do córrego, chego lá e adoço novamente?". Sendo assim, como o saneamento básico não pode ser ligado umbilicalmente à saúde se a pessoa adoce lá, vai ao posto médico, faz tratamento, volta e adoce novamente? Acredito que uma coisa tenha muito a ver com a outra.

No que diz respeito à mortalidade infantil, uma cidade que possui saneamento básico é a que tem menor incidência de doenças. As mais vulneráveis são as crianças, pois possuem menor resistência orgânica. Portanto, nos locais onde há saneamento básico, água tratada e não existe esgoto a céu aberto, os índices de mortalidade infantil caem extraordinariamente. Isso é para o senhor ver como é juízo de valor. Saneamento básico tem a ver com saúde.

O Deputado Padre João\* - Deputado, tudo é saúde: o ar que respiramos, o alimento que ingerimos, a qualidade do nosso sonho. Se usarmos essa lógica, concluiremos que tudo é saúde.

O Deputado Wander Borges (em aparte)\* - Deputado Padre João, quanto à observação sobre saúde, comungo com o Deputado Ademir. A Emenda nº 29 até hoje não foi regulamentada. Sabe por quê? Porque o próprio Congresso Nacional e a União não sabem definir se saneamento é ou não saúde. Então o parecer não serve de balizador. Esse é o grande inconveniente. Quando houver uma regra clara e definida, certamente teremos condições de fazer julgamento sobre o percentual institucional a ser aplicado na área de saúde.

O Deputado Padre João\* - Acredito que questão de regulamentação não é. Quando há vontade política... Nem saiu desta Casa ainda a lei referente à Copasa, e já se encontra em todas as páginas dos jornais de hoje como uma ação do governo no Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri. Salvo engano, foi ontem à noite que votamos a redação final, e o governo já está fazendo estardalhaço. Ele jamais poderia fazer isso, se ainda nem saiu desta Casa. Podem ler que está nas páginas dos jornais de hoje.

Sr. Presidente, sendo assim, solicito à assessoria que pegue o requerimento que se encontra em minhas mãos, pois o protocolarei e o entregarei à Mesa. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, a retirada de pauta dos Projetos de Resolução nºs 1.151/2003 e 1.897/2004, por falta de pressupostos legais.

Justificação: A nosso ver, após aprofundado estudo de nossos Consultores e assessores, a situação do TCE-MG, quanto ao Ministério Público Especializado exigido pela Constituição Estadual, encontra-se irregular. Os pareceres que aprovam as contas do Governador em 2002 e 2003 e que resultaram nos respectivos projetos de resolução não levaram em conta o necessário exame do Ministério Público especializado do TCE. Com a retirada dos projetos de resolução da pauta, queremos impedir o flagrante desrespeito às normas regimentais ao ordenamento jurídico e coação dos próprios parlamentares, consistente na obrigatoriedade de participação e votação em um procedimento inconstitucional ou ilegal. (...) garantir aos parlamentares o exercício de seu direito líquido e certo de somente participarem da atividade legiferante realizada de acordo com as normas constitucionais".

Esse é o meu apelo, o requerimento que apresento à Mesa, que só tem sentido de ser apreciado antes de serem colocados em votação tais projetos de resolução. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/3/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando Arlene da Penha Marcelino do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Roberto Pereira Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Wanubia de Sena Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Arlene da Penha Marcelino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Bettina Engel para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

nomeando Wanubia de Sena Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Karla Antunes Ribeiro Caixeta do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

nomeando Renata César Batista Garcia para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando José Augusto Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Simone de Cassia Borges para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Ivania da Silva Vieira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando João Batista de Oliveira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando José Ronald de Sales Viana para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Estela Aparecida de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Henrique Sales Silveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da

Liderança do Governo;

exonerando Luciana Marinho D. Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando José Maurício Arantes Braga para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Henrique Sales Silveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Manoel de Jesus da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Maria Helena Leite para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Ricardo Aquino Cardoso de Mello para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Sônia Maria dos Santos Souza Borges para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

#### AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 9/3/2007, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 14 da Deliberação da Mesa nº 2.358, de 24/5/2005, aplicaram à empresa IDR - Design Comunicação Visual e Comércio Ltda., CNPJ nº 05.390.241/0001-08, a sanção de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado, pelo prazo de 6 meses, e de descredenciamento, por igual período, do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais, por essa empresa ter dado ensejo ao retardamento da execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 40/2006, tendo em vista o não-encaminhamento da documentação exigida para habilitação e amostras dentro do prazo estipulado, nos termos do subitem 5.6.1 do edital do processo licitatório em referência e da legislação que trata da matéria, em especial o art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002, e o art. 13 do Decreto nº 42.408, de 8/3/2002. Fica aberto o prazo de cinco dias úteis, em conformidade com o disposto no art. 109, I, "f", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, para apresentação de recurso à Mesa da Assembléia Legislativa contra a aplicação da sanção, contados da data de recebimento de carta enviada à empresa com notificação.

#### AVISO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Em 9/3/2007, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 14 da Deliberação da Mesa nº 2.358, de 24/5/2005, aplicaram à empresa Rafteco Comércio de Materiais de Informática Ltda., CNPJ nº 07.214.878/0001-79, a sanção de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado, pelo prazo de 6 meses, e de descredenciamento, por igual período, do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais, por essa empresa ter dado ensejo ao retardamento da execução do objeto do Pregão Eletrônico nº 9/2006, tendo em vista o não-encaminhamento da documentação exigida para habilitação dentro do prazo estipulado, nos termos do subitem 5.5.1 do edital do processo licitatório em referência e da legislação que trata da matéria, em especial o art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002, e o art. 13 do Decreto nº 42.408, de 8/3/2002. Fica aberto o prazo de cinco dias úteis, em conformidade com o disposto no art. 109, I, "f", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, para apresentação de recurso à Mesa da Assembléia Legislativa contra a aplicação da sanção, contados da data de recebimento de carta enviada à empresa com notificação.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Odontotécnica MC Ltda. Objeto: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos. Dotação orçamentária: 3.3.90.39. Vigência: 12 meses, a contar data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 82/2006.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de Auxiliares de Serviços Gerais. Objeto deste aditamento: terceira prorrogação contratual. Vigência: 12 meses, a partir de 1º/3/2007 até 1º/3/2008. Dotação orçamentária: 33903900.